



AEDOS

Revista do corpo discente
do PPG-História da UFRGS

Empreendedores do Brasil Uní-vos: O Discurso Neoliberal nos Editoriais De Henry Maksoud

United Brazil Entrepreneurs: The Neoliberal Speech in Henry Maksoud Editorials

Fernando Mendes Coelho¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar o discurso neoliberal de Henry Maksoud nos seus editoriais para o anuário “Quem é quem na economia brasileira” entre os anos 1978 a 1980 no que se refere ao apoio aos empreendedores. O contexto histórico presente é controverso, pois na medida em que se avançou com o processo de reabertura política do governo, no âmbito econômico era o período dos planos econômicos para retomar o crescimento interrompido nos anos do “milagre” e da ampliação das estatais. O processo de reabertura política promove um rearranjo nos discursos das elites econômicas nacionais, as quais se articulam para manter seus privilégios e hegemonias. Estes posicionamentos podem traduzidos nos anseios que Henry Maksoud projetava nos seus editoriais. Diante da tal questão, por trás do discurso neoliberal defendido pelo editor buscaremos investigar os interesses pragmáticos direcionados para a manutenção da hegemonia do capital privado nacional.

Palavras-chave: Henry Maksoud; empreendedores; reabertura; neoliberalismo.

Abstract: This article aims to analyze the neoliberal discourse of Henry Maksoud in his editorials for the yearbook “Who's Who in the Brazilian Economy” from 1978 to 1980 regarding support for entrepreneurs. The present historical context is controversial, because as the government's political reopening process progressed, in the economic sphere it was the period of economic plans to resume the growth halted in the years of the “miracle” and the expansion of state-owned companies. The process of political reopening promotes a rearrangement in the discourses of national economic elites, which articulate to maintain their privileges and hegemonies. These positions can be translated into the wishes that Henry Maksoud projected in his editorials. Given this question, behind the neoliberal discourse defended by the editor we will seek to investigate the pragmatic interests directed towards maintaining the hegemony of national private capital.

Keywords: Henry Maksoud; entrepreneurs; reopening; neoliberalism; history of ideas.

Introdução

O empresariado brasileiro na condição de elite econômica e social exerceu historicamente grande influência nas decisões políticas no país, diante desta constatação este artigo buscará investigar o discurso de Henry Maksoud sobre o tema. Para isto, buscaremos explorar como Maksoud defendia a iniciativa privada e destacava o papel dos

¹ Mestre em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e na atual condição de Doutorando em História na mesma instituição.

empreendedores no novo modelo de gestão econômica que o governo deveria seguir com o processo de redemocratização, sobretudo após o governo de Ernesto Geisel. Para tal empreitada analisaremos alguns editoriais escritos por Maksoud para o anuário do grupo Visão intitulado “Quem é quem na economia brasileira”, escritos entre 1978 a 1980, em que Maksoud discutia o papel dos empreendedores dentro de um processo de desenvolvimento econômico nacional.

Henry Maksoud, já era um grande e influente empresário nos anos 1970/80, quando escreveu os editoriais que analisaremos, atuando no ramo hídrico com sua empresa Hidroservice, também foi proprietário da Editora Visão a qual pertencia o anuário “Quem é quem na economia brasileira”, e em 1979 construiu a luxuosa rede de hotéis Maksoud Plaza. Além das suas empresas, outra característica destacava Henry Maksoud dos outros empresários, pois ele teve importante papel para a divulgação do neoliberalismo no Brasil, patrocinando as visitas de Friedrich Von Hayek ao Brasil entre 1977 e 1981. Além de promover as visitas de Hayek ao Brasil foi ainda um divulgador publicando as obras do pensador austríaco no Brasil. Dentre diversos títulos a Editora Visão publicou *Os Fundamentos da Liberdade* (1983) e os três volumes de *Direito, Legislação e Liberdade* (1985). Todos com prefácio e supervisão das traduções feitas por Henry Maksoud. Soma-se a tudo isto a relação próxima que tinha com Hayek, pois, dentro deste período de análise trocou diversas correspondências a respeito dos mais diversos assuntos, inclusive sobre a divulgação das ideias do pensador no Brasil².

Produziu obras em que difundia o pensamento neoliberal e estreou um programa de TV em 1988 na Rede Bandeirantes chamado *Henry Maksoud e Você*. No programa trazia convidados para mesas redondas nos quais os principais assuntos a serem debatidos eram voltados à crítica ao planejamento estatal, comungando do ideário neoliberal que defende diminuição de impostos, priorizando o chamado “Estado Mínimo” em que as empresas estatais deveriam ser privatizadas desocupando os “espaços vazios” e destinando-os aos empreendedores nacionais³.

Após falar um pouco a respeito de Henry Maksoud e de seus posicionamentos inflamados ao defender o pensamento de Hayek, aprofundaremos a discussão e refletiremos a respeito do objeto dentro de um domínio historiográfico para que possamos problematiza-los

² Correspondence to MAKSOUD, Henry and Ilde, Friedrich A. von Hayek papers, Box nº36, Folder nº32., Hoover Institution Archives.

³ Os “espaços vazios” foram tema de dois editoriais de grande repercussão na Revista Visão no mês de fevereiro de 1975, no qual, após Eugênio Gudín ser premiado com o prêmio “Homem de Visão” fez um discurso denunciando a chamada “falácia dos espaços vazios”, onde empresas estatais estariam ocupando espaços que poderiam ser supridos pela iniciativa privada.

a ponto de entender as intenções do editor ao abordar a questão do empreendedor nacional e sua importância para o desenvolvimento econômico brasileiro sobre a ótica do neoliberalismo.

2. A ditadura militar brasileira e o neoliberalismo, uma breve reflexão historiográfica.

Do ponto de vista historiográfico, estamos tratando de um período muito controverso da História Contemporânea Brasileira, em que são estabelecidas diversas discussões a respeito do regime ditatorial brasileiro, tanto do ponto de vista de definição conceitual, quanto do ponto de vista do acesso as fontes do período que demonstram uma série de violações dos direitos humanos, no qual a violência sistêmica do Estado foi aplicada aos chamados subversivos e contrários ao regime. Em relação ao momento em que trabalharemos neste artigo, ou seja, já no processo de reabertura política iniciada no governo de Ernesto Geisel, tradicionalmente as discussões apontam para o final do período dos anos de chumbo da ditadura militar, com a Lei da Anistia de 1979 e o retorno de intelectuais, militantes de esquerda e artistas que sofreram perseguições políticas sobretudo após o Ato Institucional nº5.

No entanto, pensando a problemática deste artigo em explorar o posicionamento ideológico dos empresários frente ao governo militar e evidenciar suas tensões, buscaremos fazer neste momento um breve levantamento bibliográfico de trabalhos relevantes que discutem o papel do empresariado nacional e suas relações com o governo militar.

Primeiramente iremos recorrer à obra do historiador Carlos Fico, *Além do Golpe: Versões e Controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar* (2004). Na segunda parte da obra o autor apresenta um guia bibliográfico contendo relevantes trabalhos relacionados a diversos assuntos referentes a ditadura militar brasileira. Entre os temas, o autor seleciona alguns trabalhos referentes ao papel dos empresários brasileiros neste contexto. Dentre os quais destacamos o livro de Sebastião Velasco e Cruz intitulado *Empresariado e Estado na Transição Brasileira: Um Estudo sobre a Economia Política do Autoritarismo* (1995) e Fernando Henrique Cardoso com o artigo *O Papel dos Empresários no Processo de Transição* (1983).

Além dos trabalhos recomendados por Carlos Fico, destacamos outros de grande relevância e amplamente citados, como a obra *Sistema Estatal e Política Econômica no Brasil* (1995), de Adriano Nervo Codato. O autor apresenta no capítulo quatro uma abordagem em que trata das relações entre burguesia e Estado durante a ditadura militar brasileira. E sobretudo a resistência que a burguesia nacional fez após a ampliação das empresas estatais,

levando ao movimento no qual Henry Maksoud estava inserido, que visava colocar em dúvida o modelo econômico brasileiro de avanço do Estado sobre a economia:

Ainda que a presença do Estado na economia tenha sido uma constante não somente no pós-30 e se aprofundado no pós-64, apenas durante o governo Geisel - quando o “setor público” se lançou num sem-número de projetos de substituição de importações de bens de capital e insumos básicos, assumindo o papel ora de produtor direto, ora de agente financiador da estratégia reorientadora da estrutura capitalista mediante ambicioso plano de desenvolvimento econômico – o conjunto da grande burguesia conduziu um movimento de protesto de amplas proporções. A questão relevante aqui é saber: quais as causas da eclosão, em fins de 1974, início de 1975, da campanha contra a estatização da economia brasileira? (CODATO, 1997, p. 257)

Adriano Codato aborda a questão do protesto da burguesia contra a crescente estatização da economia brasileira, movimento que se inicia em fins de 1974 com um discurso proferido por Eugênio Gudín no prêmio “Homem de Visão”, concedido pela Editora Visão de propriedade de Henry Maksoud. A revolta empresarial contra a condução econômica do governo também foi abordada por Elio Gaspari em *A Ditadura Encurralada* (2014), em que reproduz parte do discurso de Eugênio Gudín em 12 de dezembro de 1974, no Hotel Glória no Rio de Janeiro ao receber o prêmio:

Vivemos, em princípio, em sistema capitalista. Mas o capitalismo brasileiro é mais controlado pelo Estado que o de qualquer outro país, com exceção dos comunistas. Setores industriais, como os de energia elétrica, siderurgia, petróleo, navegação, portos, estradas de ferro, telefones, petroquímica, álcalis e grande parte do minério de ferro, que nos Estados Unidos estão em mãos privadas, foram no Brasil absorvidos pelo Estado. Bem assim, em grande parte, a rede bancária que controla o crédito para as empresas privadas (GASPARI, 2014, p. 59).

O discurso proferido por Eugênio Gudín provocou uma reação dos empresários, que passaram a acusar o Estado de avançar em setores da economia que deveriam ser explorados pela iniciativa privada, principalmente em fins de 1974 quando o “milagre econômico” brasileiro havia se esgotado com a interrupção do crescimento contínuo do PIB que se deu entre 1967-1973. As incertezas em relação a retomada do crescimento da economia brasileira e o avanço da estatização levaram os empresários a olharem com desconfiança os rumos que os planos econômicos do governo tomavam. A crescente incerteza faz com que houvesse um direcionamento do discurso dos empresários a favor da livre iniciativa, da liberdade econômica, e da retirada do Estado da economia nos moldes neoliberais.

Parecia estar havendo uma mudança de paradigmas a respeito da economia brasileira no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, período em que exploraremos os editoriais de Henry Maksoud. Em outro trabalho relevante intitulado *Burocracia Pública e Política Industrial no Brasil* (1994), Ben Ross Schneider trata das políticas públicas e crescimento das estatais no período da reabertura da ditadura militar brasileira, orientando no sentido de

entender as tensões existentes na economia no início dos anos 1980, e que fizeram os empresários se voltarem contra o governo:

O Brasil foi um dos exemplos mais bem-sucedidos no período pós-guerra de industrialização empreendida pelo Estado, pelo menos até o desastre da dívida na década de 1980, e, como tal, oferece um pronto de partida promissor para preencher essas lacunas empíricas e analíticas (SCHNEIDER, 1994, p. 26).

Percebemos que o clima de crise econômica estava afetando as expectativas dos empresários nacionais. Ben Ross Schneider aponta que o modelo anterior estava se esgotando, ou seja, o modelo desenvolvimentista que até então era hegemônico desde o pós-guerra estava deixando essas lacunas empíricas e analíticas, as quais, davam brechas para os grupos políticos e econômicos discutirem outros modelos de sociedade. Nestas brechas formadas que o discurso de Henry Maksoud parece querer se inserir, aproveitando o momento de crise que a economia brasileira passava procurou explorar a argumentação neoliberal em seus editoriais. As visitas de Hayek para tentar promover o pensamento neoliberal como saída para a crise brasileira também parecem surgir como uma boa estratégia para a difusão do pensamento neoliberal. Porém, por trás da retórica preocupada com os rumos do país, se esconde um interesse pragmático da manutenção da hegemonia das elites empresariais brasileiras.

Luciano Martins, na obra *Estado Capitalista e Burocracia no Brasil pós-64* (1985), expõe os conflitos entre Estado e capital privado nacional, apontando o poder político usado pela burguesia em seu favor para acumulação de capitais, e o Estado representando a ordem burguesa:

O conceito de Estado capitalista descreve uma forma institucional de poder político. A esse poder político é vedado organizar a produção por critérios políticos próprios: a produção é privada. Em consequência, as decisões sobre a propriedade dos meios de produção não emergem do poder político, mas da ordem capitalista que o Estado representa. De outro lado, o poder político depende indiretamente do volume de acumulação privada, pois é em função dela que variam os recursos materiais de que o Estado dispõe, pela via da imposição fiscal ou por outra via análoga (MARTINS, 1985, p. 37).

A inquietude da classe empresarial brasileira coloca-se sobre a dúvida a respeito do modelo do Estado capitalista que mantém seus privilégios. Pois, a estatização da economia, dentro da ótica liberal, estava ofuscando a ideia da representação da ordem capitalista com o Estado ampliando sua participação na economia e consequentemente sobre a acumulação estatal em detrimento da acumulação privada.

Considerando estas descontinuidades e tensões, este artigo busca compreender como os argumentos de Henry Maksoud a favor dos empreendedores, já no período de reabertura passa o recado de que gostaria de ver o governo fora dos assuntos econômicos e empresariais. Poderia ser uma forma de interpretação de luta contra a ditadura e da intromissão do Estado

no que se refere aos rumos do país, cessando a liberdade de iniciativa dos indivíduos. Porém, como já discutimos acima, a questão não é linear, logo, um novo tipo de violência pode ter surgido neste contexto de redemocratização, pois, estava ganhando espaço um novo discurso em que parecia substituir a violência política e social pela violência de mercado, ou seja, o discurso neoliberal do Estado mínimo desestimula as políticas sociais de desenvolvimento, levando a uma acentuação das desigualdades sociais, principalmente em países periféricos do capitalismo mundial, como é o caso do Brasil.

Tão controversa quanto a discussão a respeito das periodizações e conceitos a respeito da ditadura militar brasileira também é a discussão a respeito do conceito e das práticas neoliberais. O crescimento do pensamento neoliberal no Brasil não era um fenômeno isolado, os desdobramentos ideológicos dos países centrais do capitalismo estavam ganhando força na América Latina, tendo em vista as experiências do Chile com os Chicago Boys e da Argentina encabeçada pelo Ministro da Economia José Alfredo Martínez de Hoz entre 1976 a 1981. Neste contexto, o planejamento econômico estatal estava perdendo espaço e sendo vítima de críticas por parte das linhas ideológicas que defendiam o Estado Mínimo e o fim da estatização da economia⁴.

O desgaste surgiu em virtude da crise econômica que interrompeu o crescimento contínuo de países como o Brasil e Argentina, motores econômicos da América Latina e que estavam enfrentando os revezes da crise internacional que interrompeu seus “milagres econômicos”. O ambiente econômico a partir desta conjuntura fez com que grupos de intelectuais começassem a rever as alternativas possíveis de projetos de sociedade que pudessem responder a uma recuperação de cenário no momento de crise. As crises normalmente levam a efervescência de ideias, principalmente conflitantes e antagônicas, propiciando interessantes tensões que podem ser exploradas pela pesquisa histórica, sobretudo nos campos da História política e da História das ideias/intelectual.

A emergência do pensamento neoliberal no Brasil, sobretudo neste período, ganhou espaço nas discussões a respeito de projetos de sociedade para o período da reabertura democrática no caso brasileiro⁵. E tal era a preocupação da imprensa liberal de difundir estas

⁴ O tema dominante nessa doutrina contrária ao estatismo é um comprometimento ideológico com o livre mercado. A nova direita ressuscitou a economia clássica de Smith e Ricardo, conforme apresentado no trabalho de economistas mais recentes como Friedrich von Hayek e Milton Friedman. As ideias do livre mercado ganharam credibilidade renovada durante os anos 1970, quando se tornou cada vez mais difícil para os governos proporcionar estabilidade econômica e crescimento sustentado. Em consequência, surgiram dúvidas sobre se a solução dos problemas econômicos estaria nas mãos do governo. Hayek Friedman, por exemplo, questionaram a própria ideia de uma economia “gerenciada” ou “planificada” (HEYWOOD, 2010, p. 98)

⁵ [...] Mas vale lembrar que sua reorientação ideológica (liberalismo), embora seja elemento-chave para explicar a emergência de um novo bloco político hegemônico no país, constitui parte da expansão mundial das ideias

ideias, que Henry Maksoud, presidente do Grupo Visão, um dos primeiros a defender o pensamento de intelectuais como Hayek, financiou as vindas do economista austríaco nas suas visitas ao Brasil. Compreendemos então que nos editoriais entre 1978 a 1980 que analisaremos a seguir, todo este contexto histórico estava presente e influenciando a forma com que Maksoud os escrevia.

Pois bem, cabe destacar também que quando nos referimos a neoliberalismo, assim como o conceito de ditadura militar, não temos um parâmetro fixo. Compreendemos o neoliberalismo como um movimento que ganhou força após o final do Estado de Bem-Estar Social na segunda metade dos anos 1970, com uma filosofia econômica que pregava o Estado mínimo e a livre concorrência, mas os intelectuais que defendiam este modelo de sociedade não tinham uma unanimidade ao definir o conceito e o que seriam as principais balizas deste tipo de pensamento. Isto porque, a tradição liberal que deu luz ao neoliberalismo possuía diversas matrizes ideológicas, como foi o caso da Escola Austríaca de Economia, com Hayek e Mises, a Escola de Chicago de Milton Friedman, e o Ordoliberalismo Alemão, cada um com formas diferentes de pensar o modelo de sociedade liberal. Inclusive, estes embates estiveram presentes entre os fundadores da Sociedade Mont Pèlerin, principal *think tank* neoliberal, fundado pelos principais nomes do movimento e que durante as primeiras reuniões da sociedade não conseguiam chegar a uma definição do conceito após dias de conferências⁶.

Considerando a pluralidade das interpretações a respeito do tema, bem como a fermentação da discussão e a imprecisão de forjar um conceito, compreendemos o fenômeno neoliberal como um elemento subjetivo ao indivíduo. Assim, transportando o neoliberalismo do ponto de vista econômico para a análise histórica, cabe trabalhar com o conceito entendendo as tensões que se constituem no debate de ideias que se estabelecem em torno do tema, tomando cuidado para não limitar a discussão à simples retórica econômica. É possível interpretar o posicionamento de Maksoud como apenas um ponto na complexa rede que discutia as ideias neoliberais no período da reabertura política brasileira, sem estabelecer parâmetros para afirmar que o pensamento de Maksoud traduzia o que é o discurso e o debate

econômicas liberais. Esta expansão ocorre com vigor a partir do final dos anos 70, quando os governos Ronald Reagan nos EUA e Margaret Thatcher na Inglaterra passam a lhes dar peso nas respectivas políticas domésticas e no plano internacional. É claro que os constrangimentos políticos e econômicos internacionais e as situações internas afetaram muito o quando e o ritmo em que aquelas ideias se difundiram e foram reelaboradas em cada país (SALLUM JR, 1999, p. 3).

⁶ Esse movimento que reuniu nome como Hayek, Mises, Röpke e Popper – para não mencionar muitos outros – era, contudo, bastante heterogêneo. O que definimos frequentemente com um único rótulo “neoliberalismo” esconde uma grande complexidade: as diversas correntes de pensamento como a Escola de Chicago, a Escola Austríaca e o Ordoliberalismo. Apesar das diferenças esses indivíduos se aproximaram por compartilharem uma preocupação: a crise da ordem liberal e o avanço do socialismo (ONOFRE, 2018, p. 46).

neoliberal no Brasil. Mas, compreender como o editor articulava seus argumentos contribui para o entendimento a respeito de como as leituras de Hayek eram apropriadas pelas elites, e qual era o papel e a influência de Henry Maksoud nos debates que se apropriavam o pensamento de economistas de viés neoliberal.

A partir disto, a análise que pretendemos fazer a respeito do discurso de Henry Maksoud nos editoriais do anuário “Quem é quem na economia” buscará evidenciar que o intelectual realiza uma leitura específica das obras de Hayek. Apropriando-se das ideias expostas para construir uma interpretação singular do neoliberalismo. Desta forma, temos em Maksoud não uma reprodução do pensamento neoliberal, mas a formação de um pensamento influenciado pelas leituras de Hayek, em que o intelectual faz a transposição da teoria para aspectos práticos do seu discurso, no qual, usa os preceitos neoliberais para sustentar seus interesses e dos grupos aos quais pertence.

3. Empreendedores e o caminho para o desenvolvimento

Primeiramente, ao desenvolver uma metodologia para analisar os trechos dos editoriais de Henry Maksoud, optamos por fazer uso das contribuições da História Política através do contextualismo inglês, através das contribuições de John Pocock, no qual o historiador argumenta que:

Quando falamos em linguagens (languages), portanto, queremos significar sobretudo sublinguagens: idiomas, retóricas, maneiras de falar sobre política, jogos de linguagens distinguíveis, cada qual podendo ter seu vocabulário, regras, condições, implicações, tom e estilo (POCOCK, 2003, p. 65).

Quando Pocock fala em sublinguagens podemos interpretar os posicionamentos neoliberais de Maksoud, bem como a utilização de termos, como “empreendedor”, “livre mercado”, “Estado Mínimo”, dentre outros, como a apropriação de um tipo de sublinguagens. Adotando o estilo de discurso neoliberal proferido nas obras de Friedrich von Hayek, porém, formando um novo vocabulário a empregar estes termos para um determinado fim discursivo. Pocock continua o aprofundamento destas categorias de análise:

Esses idiomas ou jogos de linguagem variam também na origem e, conseqüentemente, em conteúdo e caráter. Alguns terão se originado nas práticas institucionais da sociedade em questão: como os jargões profissionais de juristas, teólogos, filósofos, comerciantes, e todos aqueles que, por alguma razão, se tornaram reconhecidos como integrantes da prática política e entraram para o discurso político. Pode-se aprender muito sobre a cultura política de uma determinada sociedade nos diversos momentos de sua história, observando-se que linguagens assim originadas foram sancionadas como legítimas integrantes do universo do discurso público, e que tipos de intelligentsia ou profissões adquiriram autoridade no controle deste discurso (*Idem*, 2003, p. 31).

Buscaremos a análise dos trechos dos editoriais através desta proposta, ao identificarmos como Maksoud se refere ao termo “empreendedor” e em qual contexto ele utiliza e direciona seu discurso para um determinado fim. Poderemos assim compreender um pouco de como este discurso funcionava publicamente e se traduzia em prática política e de garantia dos interesses hegemônicos do capital privado nacional. A linguagem apropriada como neoliberal por Maksoud deu o tom e foi sancionada por diversos grupos empresariais e políticos nacionais, ganhando quórum através da intelligentsia universitária nos anos que seguiram após o final dos anos 1970 e durante a década de 1980. Diante disto, o discurso neoliberal no Brasil conquistou um importante espaço, tanto que se sobrepôs as correntes desenvolvimentistas que dominaram as discussões acadêmicas e políticas nos anos 1950/1960. Antes de iniciarmos a análise dos trechos é possível perceber que Henry Maksoud estava buscando sustentar seus argumentos através da tradição do pensamento neoliberal da vertente da escola austríaca, sobretudo com a base de argumentação de Friedrich August Von Hayek. A via escolhida por Maksoud para popularizar o debate no meio empresarial foi além da defesa do pensamento do economista austríaco em seus editoriais, posteriormente o empresário brasileiro patrocinou visitas de Hayek ao Brasil e publicou suas principais obras por meio da Editora Visão no início dos anos 1980.

Após estas considerações, iremos analisar o primeiro trecho de um editorial de 1978, no qual Maksoud se posiciona a respeito do papel do empreendedor em contraposição ao planejamento nacional:

Lembramo-nos do tão repisado tema do “país do futuro”, em que, para seus defensores, o que está aí é suficiente: e que a construção nacional se fará, não pelas forças espontâneas de homens livres empreendedores mas conforme o que der e vier da natureza bruta ou de acordo com a gradualidade imposta pelos planos nacionais de desenvolvimento (MAKSoud, 1978).

Maksoud, ataca o planejamento estatal dando maior destaque para o papel do empreendedor, expondo que suas capacidades individuais se sobrepõem ao planejamento estatal e que desta forma seriam o caminho a trilhar para o Brasil retomar os níveis de crescimento de outrora. Percebemos que o discurso do livre mercado se faz presente, e que de forma espontânea o país poderia seguir rumo ao futuro do desenvolvimento econômico tão almejado por todos apenas dando liberdade para os empreendedores. Além do discurso neoliberal explícito nas argumentações de Maksoud, existe nas entrelinhas um posicionamento pragmático do intelectual, ele estava defendendo o ponto de vista de grandes empresários que como ele já estavam estabelecidos com seus negócios, e que viam o Estado como um empecilho para a manutenção dos seus capitais. Desta forma, Maksoud buscava

puxar o coro dos grandes capitalistas nacionais que passavam a ver o Estado com uma barreira para a continuidade da acumulação de suas riquezas. Tanto que a noção de país de futuro exposta nos editoriais é a ideia de um país empreendedor, com terreno fértil para os lucros privados, sem relacionar o desenvolvimento do país com igualdade de renda ou geração de oportunidades para as camadas mais pobres da população. A crítica ao colocar “país do futuro” entre aspas se refere ao período em que as campanhas ufanistas do governo eram amplamente divulgadas pela Agência Nacional de Relações Públicas (AERP), no qual houve forte campanha publicitária com o objetivo de sensibilizar a opinião pública ao tentar fazer surgir uma atmosfera nacional de confiança de que o país estava superando o subdesenvolvimento e tornando-se uma potência econômica e industrial⁷.

Maksoud continua argumentando que o Estado é ineficiente em promover o desenvolvimento, e que os empreendedores é que melhor se incumbiriam de colocar em marcha um projeto nacional eficiente de crescimento econômico:

[...] um projeto nacional implica necessariamente a pergunta: quem o realizará? Numa sociedade aberta, baseada na liberdade individual, a resposta é óbvia: os homens empreendedores, os promotores e iniciadores de atividades empresariais; aqueles homens que se distinguem pela sua capacidade de criar e pôr em marcha coisas novas, cujo acervo deveria ser cada vez maior, para atender às necessidades crescentes de uma economia que precisa expandir-se a taxas elevadas (MAKSOD, 1978).

Ao propor as condições do empresariado se desenvolver o editor já aponta como a sociedade deveria ser constituída, ou seja, uma sociedade liberal. A liberdade individual defendida pode ser confundida com a democracia almejada pelas classes populares. No entanto, a democracia para Maksoud, é restrita aos grupos dominantes, ou seja, um modelo político que sustente as hegemonias e garantias de investimento e empreendimento dos capitais nacionais. Porém, economicamente o capital privado nacional não via liberdade para crescer, pois era o momento dos Planos Nacionais de Desenvolvimento que colocavam nos holofotes os investimentos estatais, fazendo com que os empresários nacionais olhassem com desconfiança as intenções do governo. Houve inclusive a campanha antiestatal encabeçada por Henry Maksoud na Revista Visão denunciando a falácia que o governo apenas investiria nos “espaços vazios”⁸.

Podemos interpretar além da visão ideológica defendida do trecho, pois Maksoud não estava preocupado com a implantação de um modelo de sociedade livre para todos, mas

⁷ A respeito do papel da AERP e do efeito das propagandas oficiais do governo militar sobre o imaginário popular, destacamos a obra de Carlos Fico, intitulada: *Reinventando o Otimismo: Ditadura Propaganda e Imaginário Social no Brasil* (FICO, 1997).

⁸ Os Editoriais “Falácia dos espaços vazios I e II” escritos por Henry Maksoud foram publicados respectivamente nas edições de 10 e 24 de fevereiro de 1975 da revista quinzenal Visão.

apenas onde o calo lhe aperta. Com o governo ampliando as estatais, o empreendedor privado estava sendo ofuscado, logo, além da paixão neoliberal, Maksoud parecia estar preocupado com a paixão pelos lucros do capital privado nacional, justificando sua aflição com as garantias da liberdade do homem empreendedor.

Coloca o empreendedor como pivô do desenvolvimento ao exaltar sua criatividade, em contraposição o articulista exalta a incapacidade do governo de administrar negócios e inovar. Analisando o teor da crítica de Maksoud temos a diferença da água para o vinho, no qual o planejamento estatal e suas empresas são o retrocesso, e a liberalização para o capital privado investir abriria um leque de possibilidades criativas que poderiam levar o Brasil ao avanço econômico. Novamente o articulista simplifica a questão, como se apenas o governo deixando a cena econômica a capacidade de inovação dos empresários afloraria trazendo taxas de crescimento elevadas e competitividade no mercado, sem passar por investimentos pesados do governo em pesquisa, tecnologia e inovação.

Henry Maksoud falha em não analisar estas relações, pois o desenvolvimento econômico de países periféricos, como foi o caso dos Tigres Asiáticos no mesmo período, se realizou com base nos investimentos em educação e pesquisa financiados pelo Estado, não brotando apenas de uma liberalização dos mercados e da empresa privada. Devemos olhar as construções discursivas como uma estratégia de persuasão, tornando intencionalmente rasa a análise e não oferecendo os aprofundamentos necessários para entender os reais motivos do subdesenvolvimento do Brasil, apenas delimitando um discurso direcionado para a garantia dos privilégios que os grandes empresários nacionais possuíam neste cenário.

Avançando na discussão das diferenças entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, Maksoud segue sua defesa do empreendedor nacional na sua cruzada rumo ao desenvolvimento:

Sem empreendedores não há desenvolvimento. Os empreendedores são um dos fenômenos que distinguem os países desenvolvidos dos subdesenvolvidos. Os desenvolvidos os têm, os outros, não. A diferença entre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento se explica, em grande parte, pela atuação do empreendedor privado, que as sociedades hoje mais ricas souberam identificar e estimular (MAKSoud, 1978).

Fica claro na exposição de Maksoud a supervalorização que ele dá para o empreendedor privado, caindo mais uma vez em reducionismos ao afirmar que o que separa os países desenvolvidos dos subdesenvolvidos é a quantidade de empreendedores que a nação possui e a forma na qual estimula estes grupos. Ao relacionar que os países chegaram ao desenvolvimento apenas por que estimularam os grupos privados a crescer, deixa de dar atenção ao papel do Estado como promotor de políticas sociais para superar desigualdades. A

ilusão na visão linear de Maksoud pode levar seus leitores a imaginar que a solução para a superação da crise econômica, iniciada com as crises do petróleo da segunda metade dos anos 1975 recaiam na fé de que a economia age espontaneamente apenas com o governo deixando a cena e dando liberdade para os empresários. A partir desta mentalidade defendida por Henry Maksoud, cabe ao governo apenas um papel de recrutador de empreendedores para o crescimento da economia nacional que viria de forma harmoniosa e eficiente, criando a falsa percepção de um oásis de prosperidade.

Mais uma vez não distingue crescimento econômico de desenvolvimento econômico, uma hipótese seria talvez por desconhecer o assunto, o que seria pouco provável. A segunda hipótese é que sabendo destas diferenças perderia legitimidade na sua argumentação, já que facilmente a tese que defende na qual o sucesso do crescimento depende apenas de condições de fomento de empresários se tornaria contraditória, evidenciando mais uma vez a insustentabilidade do discurso neoliberal por trás do papel do empreendedor.

Outro fator de fé nas políticas de fomento aos empreendedores é que elas fazem parte de um contexto muito mais amplo de difusão de ideias neoliberais. Ideias que estavam em voga no período em que Maksoud escreveu o editorial, pois o editor já havia se deparado com a experiência chilena do governo Pinochet, e se ampliava com a popularização do pensamento de Hayek através da sua influência em outros governos. Hayek foi conselheiro econômico da Primeira Ministra Inglesa, Margareth Thatcher, e posteriormente no início dos anos 1980 no governo de Ronald Reagan nos Estados Unidos.

Esta onda iniciada com a crise do Estado de Bem-Estar Social, ampliou a difusão de ideologias como as defendidas por Maksoud, que muito bem garimpada pelo editor, deixavam de lado as discussões a respeito da internacionalização do capital, que provavelmente traria maior concorrência aos empreendedores nacionais, dando ênfase apenas ao papel do empreendedor nacional, grupo no qual Maksoud estava incluído. Maksoud então, estaria naturalmente defendendo seus interesses individuais como empresário, e talvez, mais preocupado com a manutenção de seus capitais do que com o desenvolvimento econômico do país.

Chega o momento da sua análise em que Maksoud deixa explícitos quem são os inimigos dos empresários, polarizando o discurso ideologicamente ao separar o embate entre dois grupos:

A despeito disso, uma “onda socialista” vem tentando tudo para acabar com a espécie desses homens. Aqueles que, entretanto, não vêem diferença entre a empresa originada pelo empreendedor privado e a empresa governamental dirigida por administradores, por mais competentes e sérios que estes sejam, não estão percebendo um aspecto fundamental da economia política (MAKSoud, 1978).

Na argumentação de Henry Maksoud surge o temor “onda socialista”, denotando o teor ideológico com que o articulista buscava persuadir a opinião pública de que por trás da iniciativa de planejamento econômico do governo e do avanço das estatais estaria uma motivação de cunho socialista. Intencionalmente ou não, Maksoud mistura uma série de conceitos, o avanço das estatais, também batizado de Capitalismo de Estado⁹ é uma forma de organização econômica que difere do socialismo. Porém, o discurso envolto pelo anticomunismo estava em voga no período analisado, não só pelo contexto internacional da Guerra Fria, mas também internamente com a atuação dos órgãos repressivos da ditadura militar, principalmente da “linha dura” que perseguia e torturava subversivos. Um fator importante também é lembrar que nesta época a reabertura era combatida pelos setores mais conservadores do exército, estando longe de ser unanimidade entre os militares do governo¹⁰.

Mesmo com a complexidade política e econômica do final dos anos 1970, ao adotar a matriz ideológica neoliberal, Maksoud simplifica ao considerar os contrários ao seu modelo de sociedade como socialistas. Declarar os inimigos da iniciativa privada como socialistas parece uma estratégia discursiva do editor para atingir de forma mais efetiva seus objetivos de criar uma opinião pública contrária ao governo, que estaria fomentando “ondas socialistas” em prejuízo dos empreendedores, que salvariam o país do subdesenvolvimento.

Na parte final do editorial, Maksoud conclui que o principal problema do Brasil não está nos aspectos práticos de condução do governo, mas sim no seu rumo ideológico, que é classificado como ambíguo:

O Brasil – país viável sob todos os ângulos, exceto pela ambiguidade de seu rumo ideológico; muito rico em território e em recursos naturais e humanos; atrasado e subdesenvolvido material e politicamente; mas com quase tudo por realizar – ganharia, com a opção política a favor de uma sociedade demárquica, um novo impulso, passando a constituir-se num verdadeiro novo mundo de oportunidades e de liberdade. Seria para sua gente, e para a humanidade desassossegada, uma nova Terra da Promissão, com foram os Estados Unidos no século XIX e início do século XX e também como foi, de uma certa forma, nossa São Paulo naquela mesma época. Antes, os homens iam “fazer a América”, agora, viriam “fazer o Brasil”, juntando-se permanentemente à nossa gente, para queimar etapas (MAKSoud, 1978).

⁹ Quando nos referimos ao capitalismo de Estado, consideramos a definição da Escola Austríaca de Economia dentre os demais conceitos de capitalismo de Estado. Sinteticamente, refere-se à intervenção estatal na economia, principalmente através de planos econômicos, regulamentação de mercado, avanço de empresas estatais, centralização das decisões econômicas. A escolha sobre esta definição também se faz presente pela influência que esta linha de pensamento econômico teve sobre a figura de Henry Maksoud, o qual diversas vezes no anuário cita o conceito de capitalismo de Estado a partir da vertente neoliberal (COELHO, 2017, p.2).

¹⁰ Na introdução de *A Volta aos Quartéis*, Maria Celina D’Araújo expõe as heterogeneidades no posicionamento dos militares dentro do contexto da reabertura, de acordo com a autora “neste livro, (mais do que nos outros, além das diferenças de opiniões entre os depoentes) vamos encontrar posições evasivas, ambigüidades e contradições internas em algumas entrevistas. Isso ocorre particularmente quando da referência a episódios que se tornaram nebulosos, como a reação da “linha dura” à demissão do ministro do Exército, Sílvio Frota, em 1977, e o atentado do Riocentro, em 1981 (D’ARAÚJO, 1995, p.10-11).

O termo *demarquia* foi desenvolvido por Friedrich Von Hayek, e sistematizado no seu livro *Direito, Legislação e Liberdade* (1985), traduzido e lançado no Brasil pela Editora Visão, com um prefácio de 35 páginas escrito por Henry Maksoud. A *demarquia* é uma proposta de avanço da democracia com a intervenção mínima do Estado nos assuntos econômicos, restringindo a sua área de atuação, principalmente nas políticas de Bem-Estar Social¹¹. Maksoud como um bom comentador das obras de Hayek, e no objetivo de popularizar o pensamento do autor no Brasil, não abria mão de nos seus editoriais usar largamente um novo conjunto de termos desenvolvidos por Hayek em suas obras e que davam conta de um novo linguajar econômico e político que aos poucos construiu uma forma de interpretação do ideário neoliberal como solução para os problemas do país.

Maksoud começa o editorial falando sobre a viabilidade do desenvolvimento brasileiro, mas aponta o rumo ideológico como o principal culpado pela persistência do país como subdesenvolvido. Importante frisar que o discurso ideológico tem por característica a sua inflexibilidade, logo, por mais que um argumento esteja baseado em uma ideologia falsa¹², ou que possa ser facilmente desconstruída por argumentação crítica, o defensor das ideias vê sua forma de pensamento como coerente e os argumentos contrários como falsos. Logo, Maksoud estava investido desta forma de pensamento ao destacar que o Brasil não se desenvolvia em virtude da sua ambiguidade ideológica, sem colocar a prova da crítica sua ideologia, ou sem dar conta que estava construindo um imaginário neoliberal no Brasil¹³.

Expressa também o momento nostálgico que não viveu, ou seja, se baseia num imaginário coletivo para expressar que a liberdade que viria com a construção de uma

¹¹ Já no prefácio de *Direito, Legislação e Liberdade*, Henry Maksoud sintetiza o termo *demarquia*: A constituição que se desenvolvesse com base nesse modelo levaria a uma reformulação realmente revolucionária das atuais formas de governo, permitindo o surgimento de um novo sistema político (que seria chamado 'demarquia', como pretendeu Hayek), sensivelmente diferente dos que temos hoje nas chamadas democracias ocidentais. As duas atribuições distintas, a da legislação (no seu autêntico sentido clássico e não na forma degenerada que hoje se observa) e a do governo, no sentido estrito de administrar a coisa pública, teriam de ser executadas, nesta nova estrutura organizacional, por duas entidades democráticas diferentes e totalmente independentes entre si, com funções inteiramente distintas e nitidamente separadas. Estas duas entidades não seriam só duas assembleias representativas separadas apenas formalmente, como ocorre hoje: seriam escolhidas e organizadas com base em dois princípios completamente diferentes, e, pela primeira vez, existiria uma verdadeira separação de poderes (MAKSoud, 1985, p.23).

¹² A suposta obviedade da ideologia é acompanhada por sua presumida falta de autoreflexividade. A suposição aqui é de que seria impossível que alguém sustentasse pontos de vista ideológicos e fosse, ao mesmo tempo, consciente de que são ideológicos. As ideologias são discursos incapazes de curvar-se criticamente sobre si mesmos, cegos a seus próprios terrenos e fronteiras (EAGLETON, 1997, p.63).

¹³ [...] o neoliberalismo está "aqui dentro" bem como "lá fora". Ou seja, o neoliberalismo é econômico (um rearranjo das relações entre o capital e o Estado), cultural (novos valores, sensibilidades e relacionamentos) e político (uma forma de governar, novas subjetividades). [...] Em um sentido paradoxal, o neoliberalismo trabalha a favor e contra o Estado de maneiras mutuamente constitutivas. Ele destrói algumas possibilidades para formas mais antigas de governar e cria novas possibilidades para novas formas de governar (BALL, 2014, p. 229).

sociedade demárquica resultaria de um novo mundo de liberdade, recorrendo como exemplo os Estados Unidos do final do século XIX e início do Século XX, com o avanço da industrialização e das estradas de ferro, e a São Paulo daquela mesma época, na qual recebeu grande contingente de imigrantes europeus. Faz uma menção à Terra de Promissão, presente nos textos cristãos para finalizar sua argumentação, como se a liberdade estivesse presente nos planos de Deus para os homens empreendedores.

Conclusão

Este artigo buscou problematizar a partir dos editoriais de Henry Maksoud para o anuário “Quem é quem na economia brasileira” o papel do empreendedor dentro uma estratégia argumentativa de combate ao planejamento estatal e ao avanço do Estado na economia. Descolando da argumentação econômica tratada pelo articulista, podemos perceber ao longo da análise que Maksoud frequentemente colocava o empreendedor como elemento primordial para o desenvolvimento do país, porém sem fazer aprofundamentos necessários para entender de forma complexa o problema do subdesenvolvimento do Brasil.

Identificamos a baliza ideológica neoliberal, base da argumentação de Henry Maksoud, tendo em vista que o período analisado foi marcado pela ebulição do pensamento no Brasil, principalmente a partir das visitas de Hayek e da proximidade que teve com o editor, estabelecendo influência direta sobre sua argumentação. Maksoud parece se aproveitar deste momento, em que estava em voga a ideia da liberdade de mercado e a retirada do Estado dos assuntos econômicos como projeto de sociedade após a abertura gradual e segura colocada Geisel. O editor aproveita o período para cunhar um discurso voltado para a manutenção da hegemonia da classe empresarial brasileira. Diante disto, projeta um entendimento singular do neoliberalismo como forma de narrativa, ou seja, se apropria das ideias de Hayek para desenvolver um imaginário neoliberal como forma de sustentar um discurso de fundo prático que teve por finalidade dar importância aos empreendedores como solução para a retomada do desenvolvimento econômico do Brasil.

Fontes

Anuário “Quem é Quem na Economia Brasileira”. *Editoriais de Henry Maksoud*. São Paulo: Editora Visão, 1978 e 1980.

MAKSoud, Henry. *Prefácio*. In: HAYEK, Friedrich August. *Direito Legislação e Liberdade: Volume I: Uma Nova Formulação dos Princípios Liberais de Justiça e Economia Política*. São Paulo: Editora Visão, 1985.

Referências Bibliográficas

BALL, Stephen J. *Educação Global S.A: Novas Redes de Políticas e o Imaginário Neoliberal*. Trad: Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

CARDOSO, Fernando Henrique. *O papel dos Empresários no Processo de Transição: O Caso Brasileiro*. Dados, Rio de Janeiro, v.26, nº1, 1983.

CASTRO, Celso; D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon. *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Dêlume-Dumará, 1995.

COELHO, Fernando Mendes. *Liberais e a Intervenção Estatal: Controvérsias Econômicas em "Quem é Quem na Economia Brasileira"*. Porto Alegre: Revista Aedos, v.9, n.21, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/75407> Acesso em 18. Mar. 19.

CODATO, Adriano Nervo. *Sistema Estatal e Política Econômica no Brasil Pós-64*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

CRUZ, Sebastião C. Velasco. *Empresariado e Estado na Transição Brasileira: um Estudo sobre a Economia Política do Autoritarismo, 1974-1977*. Campinas: Unicamp, 1995.

EAGLETON, Terry. *Ideologia: Uma Introdução*. Trad. Silvana Vieira. São Paulo: Editora Boitempo, 1997.

FICO, Carlos. *Reinventando o Otimismo: Ditadura Propaganda e Imaginário Social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

_____. *Além do Golpe: Versões e Controvérsias Sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

_____. *História do Brasil Contemporâneo: Da Morte de Vargas até os dias atuais*. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

_____. *Ditadura Militar Brasileira: aproximações teóricas e historiográficas*. Florianópolis: Revista Tempo e Argumento. V.9, n.20, p 05-74. Jan-abr, 2017.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Encurralada*. 4ªed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

HEYWOOD, Andrew. *Ideologias Políticas: do liberalismo ao fascismo*. São Paulo: Ática, 2010.

MARTINS, Luciano. *Estado Capitalista e Burocracia no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

ONOFRE, Gabriel da Fonseca. *O Papel dos Intelectuais e Think Tanks na Propagação do Neoliberalismo Econômico na Segunda Metade do Século XX*. (Tese de Doutorado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2018.

POCOCK, John G. *Linguagens do Ideário Político*. Trad. Fábio Fernandez. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

ROLLEMBERG, Denise. *A construção social dos regimes autoritários: Legitimidade, consenso e consentimento no século XX - Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2011.

SALLUM JR., Brasília. *O Brasil sob Cardoso: Neoliberalismo e Desenvolvimentismo*. São Paulo: Revista Tempo Social; Rev. Sociol. USP, 11(2): 23-47, out. 1999.

SCHNEIDER, Ben Ross. *Burocracia Pública e Política Industrial no Brasil*. São Paulo: Editora Sumaré, 1994.